

# A Fundação de um Lugar: Riachão do Dantas, suas Tramas e seus Sujeitos (1836-1870)

Rosana Oliveira Silva<sup>1</sup>  
Claudefranklin Monteiro Santos<sup>2</sup>

## Foundation for a Place: Riachão do Dantas, Plots its and their Subjects (1836-1870)

### Resumo

O presente artigo tem por objetivo ser um estudo sobre as origens da cidade de Riachão do Dantas-SE. As tramas que envolvem esse momento de fundação do local são entendidas como intimamente interligadas. Desta forma, analisaremos as ações e trajetórias dos sujeitos fundantes para entender a constituição do lugar, embasados pela documentação disponível, tais como a escritura de doação das terras, inventário, documentos de nomeação de cargos e caderno de anotações genealógicas. O recorte temporal compreende a construção da capela nas terras de João Martins Fontes, segunda metade do século XIX, e a elevação da povoação a condição de freguesia, em 1856, e posteriormente, a criação da Vila do Riachão, em 1870.

**Palavras-chave:** Riachão do Dantas – Sujeitos – História.

### Abstract

This article aims to be a study of the origins of the city of Riachão do Dantas-SE. The plots involving this site foundation of time are seen as closely intertwined. Thus, we analyze the actions and trajectories of the founding subject to understand the constitution of the place, based the available documentation, such as the deed of donation of land, inventory positions appointment documents and genealogical notes notebook. The time frame includes the construction of the chapel in the grounds of John Martins Fontes, second half of the nineteenth century, and the elevation of the village parish status in 1856, and later, the creation of Vila do Riachão in 1870.

**Keywords:** Riachão do Dantas – Subjects – History.

1 Rosana Oliveira Silva. Mestranda em História pela Universidade Federal de Sergipe. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Culturas, Identidades e Religiosidades (GPCIR). E-mail: rosanabitenfurt@hotmail.com.

2 Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Adjunto do Departamento de História, do Programa de Pós-graduação em História e do Mestrado Profissional em História da Universidade Federal de Sergipe. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Culturas, Identidades e Religiosidades (GPCIR). E-mail: franklinmonteiro@oi.com.br



A povoação do Riachão do Dantas teve sua origem em meados do século XIX em terras da fazenda Riachão pertencente a João Martins Fontes. As primeiras habitações foram edificadas as margens do Riacho da Limeira, que segundo João Dantas Martins dos Reis<sup>3</sup> seria o responsável por dá nome a cidade. De acordo com João Oliva Alves as primeiras incursões ao território datam dos primórdios da colonização de Sergipe, entretanto as terras permaneceram por muito desabitadas.

A região, todavia, permaneceu até o início do século XIX, como zona de propriedade de criação de gado e engenho de açúcar, sem o aparecimento de aglomerados humanos com formas de vidas em comum<sup>4</sup>.

A mesma tese é compartilhada por Arivaldo Fontes ao afirmar que “[...] mal havia Cristóvão de Barros efetuado a conquista de Sergipe, começaram as doações de sesmarias nas terras que hoje pertencem ao município de Riachão do Dantas<sup>5</sup>”. Desta forma, é importante atentar para o fato de que a povoação do Riachão somente efetivar-se-ia a partir da construção da capela, e que antes deste acontecimento a área era considerada erma e inóspita.

Mesmo com a presença de algumas fazendas na região, a exemplo da dos padres carmelitas em Palmares e de Maria Samba no Povoado Bonfim, a área não atraía grande contingente populacional, o que segundo Fontes devia-se ao não desenvolvimento do comércio, verdadeiro formulador de áreas urbanas.

A história da povoação do município gira em torno da construção da capela dedicada a Nossa senhora Amparo. Segundo Arivaldo Silveira Fontes em *Figuras e Fatos de Sergipe*, mesmo residindo em Itabaianinha o proprietário da fazenda Riachão manda construir em suas terras uma casa de oração dedicada a esta santa. E muda-se para a mesma por volta de 1836, onde morreria anos mais tarde.

Após o falecimento de João Martins Fontes em 1848, considerado o fundador do Riachão do Dantas, entra em cena a figura de seus herdeiros que se reúnem na Vila do Lagarto e oferecem a capela e terras onde esta se encontrava edificada, em doação a Nossa Senhora do Amparo:

Aos 28 de abril de 1853, na vila do Lagarto, a cuja jurisdição, como já foi dito, pertenciam as terras do Riachão, reuniram-se, em casa do capitão-mor Joaquim Martins Fontes,

- 3 REIS, João Dantas Martins dos. A cidade do Riachão do Dantas, como começou. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, vol. XX, nº 24, 1960. p. 175.
- 4 ALVES, João Oliva. Riachão do Dantas. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. Vol. XIX. p. 422.
- 5 FONTES, Arivaldo Silveira. *Figuras e Fatos de Sergipe*. Porto Alegre: CFP SENAI de Artes Gráficas Henrique d'Ávila Bertaso, 1992.p.115.



juntamente a ele e sua mulher D. Ana Maurícia da Silveira Fontes, o comandante superior Antonio Martins Fontes e sua mulher, D. Maria Francisca da Costa Fontes, o tenente-coronel Domingos José de Carvalho Oliveira e sua mulher, D. Ana Francisca da Silveira Carvalho, o tenente-coronel João Dantas Martins dos Reis e sua mulher, D. Mirena Maria da Silveira Dantas, o coronel Joaquim da Silveira e sua mulher, D. Micaela Maria do sacramento, o tenente-coronel José Martins da Silveira Fontes e sua mulher, D. Quitéria Maria de Magalhães, Paulo Freire de Mesquita e sua mulher, D. Maria Francisca da Silveira, todos herdeiros de João Martins Fontes e ali passaram uma escritura, perante o tabelião de ofício da vila, doando a Nossa Senhora do Amparo os terrenos que lhes pertenciam por herança e que compreendem a área onde hoje se localiza a cidade de Riachão do Dantas<sup>6</sup>.

Em 27 de abril de 1855 o presidente da Província Inácio Joaquim Barbosa sancionou a Resolução N<sup>o</sup> 419 criando assim a Freguesia de Nossa Senhora do Amparo do Riachão, desmembrando-a da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto<sup>7</sup>. Em 20 de agosto de 1856, a freguesia foi aprovada canonicamente. Cabe destacar a atuação do primeiro pároco da nova freguesia, o padre João Batista de Carvalho Daltro (1828-1910) que enfrentou um paroquiado bastante turbulento.

Nove anos após a criação da freguesia, Riachão foi elevado à categoria de vila pela Resolução Provincial N<sup>o</sup> 666 de 23 de maio de 1864. Porém, devido a reveses políticos a resolução foi suprimida e a freguesia voltou a pertencer às terras lagartenses. Fontes afirma que essa elevação só foi possível devido à influência do Coronel Dantas<sup>8</sup>. Entretanto, no ano seguinte devido à subida do Partido Liberal ao poder – o Cel. João Dantas Martins dos Reis fazia parte do Partido Conservador - revogou-se o ato emancipatório e em 15 de maio de 1865, através da Revolução N<sup>o</sup> 730, a Freguesia de Nossa Senhora do Amparo do Riachão tornou a pertencer ao município de Lagarto.

O Partido Conservador reassume o poder e em 09 de maio de 1870 ocorreu à emancipação política definitiva de Riachão do Dantas. Através da Resolução N<sup>o</sup> 888 cria-se o município de Riachão. Convém lembrar que a Vila do Riachão surge com a mesma função das demais vilas em Sergipe no século XIX, segundo afirma José Silvério Leite Fontes estas vilas

6 Alves, João Oliva. Riachão do Dantas. In: *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. Vol. XIX. p.423.

7 Os limites da nova freguesia são destacados por Felisbello Freire. Ver: FREIRE, Felisbello. *História Territorial de Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe/ Secretaria de Estado da Cultura/ FUNDEPAH. 1995. pp.98-99.

8 O coronel João Dantas Martins dos Reis era neto de João Martins Fontes. Foi residir em Riachão após a morte de seu avô, fundando o Engenho Fortaleza. O coronel Dantas, como ficou conhecido, tornou-se figura influente na política sergipana.



funcionavam “[...] como centros religiosos e administrativos de uma sociedade rural, diversificadamente estruturada em áreas geoeconômicas, ricas e prósperas, tendo por fundamento o açúcar e o gado<sup>9</sup>”. Segundo este mesmo autor, o fenecer do século XIX representa amplas evoluções na vida urbana do Estado “[...] no começo da centúria apenas 1 cidade e 7 vilas. Agora, 12 cidades e 25 vilas[...]”<sup>10</sup>. Leite Fontes analisa os avanços econômicos e sociais trazidos pelo século XIX, à luz de documentos históricos e relatos de observadores chegando à conclusão de que “O século XIX termina, assim, com indícios de progressos e de aceleração no ritmo de intensificação da vida urbana”<sup>11</sup>. Em 15 de dezembro de 1938, a vila do Riachão foi elevada a condição de cidade por uma lei federal que determinava que toda sede de município fosse elevada a esta categoria.

É necessário atentar para o fato de que a história do atual município de Riachão do Dantas é repleta de “idas e vindas” e inserida num lento processo de transformação ocorrido durante o século XIX. Desta forma ressaltamos o papel da igreja que teve grande importância na ocupação do território, mas também o desempenho econômico da Província de Sergipe. Assim como, se faz necessário lembrar o momento político em que se vivia notadamente marcado pelas rivalidades entre o Partido Liberal e o Partido Conservador, que também foram responsáveis por alterações, já demonstradas, ocorridas no processo emancipatório.

### *Sujeitos Históricos: suas atuações na política Riachãoense*

A fundação do município de Riachão do Dantas foi marcada pela atuação de sujeitos que se tornaram personalidades importantes para entender esse processo. Um dos objetivos deste trabalho é justamente conhecer e entender o papel de alguns dos personagens envolvidos no processo de fundação política do Riachão do Dantas, a guisa da documentação disponível, procurando decifrar as engrenagens jurídicas e cartoriais envolvidas.

Esse momento histórico de fundação do município teve a participação fundamental dos herdeiros de João Martins Fontes, alguns com uma atuação destacada, outros participaram somente para efeitos jurídicos. Neste trabalho destacaremos o desempenho de João Martins Fontes (Fundador do Riachão), Joaquim Martins Fontes (filho do fundador do Riachão), Paulo Freire de Mesquita (testamenteiro) e João Dantas Martins do Reis (personagem principal na luta pela emancipação política do Riachão).

9 FONTES, José Silvério Leite. Cidades e Vilas em Sergipe no século XIX. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, nº 33, 2000-2002. p. 140.

10 Ibidem. p. 145.

11 Ibidem. p. 152.

Como já foi esclarecida, a origem da cidade está ligada a construção da capela dedicada a Nossa Senhora do Amparo em terras de João Martins Fontes, considerado por muitos o “Fundador do Riachão”, este homem é o primeiro personagem que necessitamos analisar a trajetória. Entretanto, faz-se necessário esclarecermos aqui que o fim deste artigo não é escolher atores sociais para biografá-los: mas sim, como foi definido por José D’Assunção Barros “[...] a vida está sendo examinada em função de um problema [...]”<sup>12</sup>, e em nosso caso temos a vida sendo analisada em função da atuação destes sujeitos no processo de fundação política do Riachão do Dantas.

Desta forma, optamos por inserir este trabalho nas discussões em torno da Micro-história, particularmente no gênero historiográfico italiano que surgiu com a publicação da coleção “Microstorie” sob a direção de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. A micro-história surgiu por volta dos anos de 1970 em um contexto de crise das ideologias definido como pós-modernismo, entretanto cabe destacar que esta logo se difundiu para além dos círculos italianos, e transformou-se em uma nova modalidade historiográfica. Ao defini-la Levi diz que “[...] a micro-história em si nada mais é que uma gama de possíveis respostas que enfatizam a redefinição de conceitos e uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos existentes”<sup>13</sup>.

O desafio do micro-historiador torna-se grandioso diante dos embates apresentados pela História, entretanto o objeto de estudo deste não necessita ser uma abordagem micro recortada “[...] a comunidade examinada pela Micro-História pode aparecer, por exemplo, como um meio para atingir a compreensão de aspectos específicos relativos a uma sociedade mais ampla”<sup>14</sup>.

O objeto de estudo do micro-historiador engloba desta forma, uma gama de temas muitos variados.

[...] Pode ser uma prática social específica, a trajetória de determinados atores sociais, um núcleo de representações, uma ocorrência (por exemplo, um crime) ou qualquer outro aspecto que o historiador considere revelador em relação aos problemas sociais ou culturais que se dispôs a examinar<sup>15</sup>.

Este é um dos objetivos que propomos aqui, buscar compreender as especificidades dos sujeitos fundantes, sem heroicizá-los, mas sim tentando inseri-los no contexto que envolve as tramas e história da fundação de Riachão do Dantas.

12 BARRÓS, José D’Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. p. 161.

13 LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. p. 135.

14 BARRÓS, José D’Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. 7. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2010. p.153.

15 Ibidem, p.153.



## João Martins Fontes

Arivaldo Silveira Fontes ao analisar a trajetória do “velho Fontes” o define como “figura singular a desse fazendeiro e político da então vila do Lagarto<sup>16</sup>”. João Martins Fontes nasceu em 23 de Junho de 1762. Filho do Capitão-mor das ordenanças Antônio Martins Fontes e dona Mariana Brandão de Barros. Antes de se estabelecer na Fazenda Riachão, residia no seu Engenho Campo da Barra na freguesia de Itabaianinha. O que se conhece da origem de Fontes reporta-se a sua atuação durante o processo de independência do Brasil, onde este atuou no auxílio das tropas do General Pedro Labatut.

O genealogista Ricardo Teles Araújo ao enveredar pela linhagem dos Martins Fontes demonstra que o sangue político corre nas veias da família. Segundo Araújo, João Martins Fontes nasceu em Lagarto.

[...] irmão de Barnabé Martins Fontes e do Ten. Antônio Martins Fontes. Seu pai, Antônio Martins Fontes, aparece como Cap. Mor do Terço da Ordenança da vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, em 1787. Seu avô paterno, obteve uma sesmaria no rio Vaza-Barris, em 1732 e descenderia de Gaspar Fontes, sesmeiro do Vaza Barris, em 160.<sup>17</sup>

Araújo utiliza documentos disponíveis no arquivo do IHGSE (Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe) e baseia seus escritos na pesquisa já desenvolvida por Arivaldo Silveira Fontes, centrando seus estudos na linhagem familiar de João Martins Fontes. O texto apresenta poucas novidades, trazendo mais uma compilação do que já foi dito a respeito do “velho Fontes”.

O auxílio dado por João Martins Fontes a Labatut, segundo Arivaldo Fontes foi fornecido através de “[...] voluntários, mantimentos suficientes e mais 13 cavalos para condução do General e sua comitiva<sup>18</sup>”. Fontes atuou ainda como Juiz Ordinário Presidente da Câmara e como vereador de São Cristóvão, então capital da província. Foi somente com idade já avançada que viera a residir na Fazenda Riachão, mandando construir a casa de oração em devoção a Nossa Senhora Amparo. Falecera em 07 de Julho de 1848, sendo sepultado na mesma capela que mandara construir. Após sua morte seus herdeiros fizeram a doação das terras e da casa de oração que lhes pertenciam em nome da santa de devoção do falecido Fontes, para que esta viesse a torna-se matriz.

16 FONTES, Arivaldo Silveira. *Figuras e Fatos de Sergipe*. Porto Alegre: CFP SENAI de Artes Gráficas Henrique d'Ávila Bertaso, 1992.p.129.

17 ARAÚJO, Ricardo Teles. Capitão-mor Antonio Martins Fontes. In: *Revista do IHGSE.*, Aracaju, nº35, 2006. p. 211.

18 FONTES, Arivaldo Silveira. *Figuras e Fatos de Sergipe*. Porto Alegre: CFP SENAI de Artes Gráficas Henrique d'Ávila Bertaso, 1992. p.130.



Infelizmente pouco se sabe da trajetória de João Martins Fontes, pois sua memória foi relegada ao esquecimento e os louros de sua conquista na fundação do povoado do Riachão foram apagados pela atuação de outros personagens que viriam a atuar posteriormente na construção da história do lugar. Entretanto, é inegável sua importância, uma vez que foi a partir da constituição do povoado dentro de suas terras que se desenvolveu a fundação do espaço urbano físico do Riachão.

A doação das terras pertencentes a João Martins Fontes ocorreu em 28 de abril de 1853 por parte de seus herdeiros na vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, na casa do Capitão-mor Joaquim Martins Fontes (filho de Fontes). A passagem da escritura de doação da capela em favor de Nossa Senhora do Amparo declarava o seguinte:

Tendo no inventario de seu pai, e sogro e avo João Martins Fontes sido descripta e avaliada em trezentos mil reis a casa de morar, o Oratório, ou casa de oração, anexa a mesma, com duzentos e quarenta braças de terra, e sendo partilhada com igualdade entre eles outorgantes, estes para o fim de ser erecta em capella a referida casa de Oração com a denominação que já tem de Nossa Senhora do Amparo do Riachão, e de hoje para sempre fazem doação a bem da mesma erecção, da referida casa de morar, casa de oração, e terras, que são duzentas e quarenta braças, as quais principião fazendo pião no meio do corpo principal da casa de Oração seguindo para um outro lado com cento e vinte braças e largura pegará do cruzeiro a onde esta a cerca da pasto do herdeiro Paulo Freire de Mesquita com a mesma largura ate o fim da terra da parte do sul com as braças que tiver, dentro dos quais acha-se edificada a casa de oração e todo o povoado ficando igualmente pertencendo a mesma doação dotal tanque grande feito pelo pai, sogro e Avô dos doadores os quais fazem a presente doação a bem da fabrica, dispesas de erecção e ornamentos da capella e quando pelos rendimentos anuaes do terreno do avo não se possa acorrer a todas essas despesas, todos os doantes obrigão-se por suas pessoas e bens, e pelos seus herdeiros a fazerem anualmente bôa a quantia de vinte quatro mil reis para o dito fim enquanto a dita capella não passar a categoria de Matriz.<sup>19</sup>

Nas terras de propriedade João Martins Fontes foi onde se desenvolveu a povoação do Riachão com a construção das primeiras habitações em torno da capela dedicada a Nossa Senhora do Amparo que este mandara edificar.

19 Transcrição feita da Escritura de Doação de João Martins Fontes, 1853. Acervo do Arquivo da Arquidiocese de Salvador (Laboratório de Conservação e Restauração Reitor Eugenio de Andrade Veiga- Universidade Católica de Salvador).



Diante da doação das terras surgem novos personagens no enredo desta história. O que destacaremos a seguir, foi um político influente da Província de Sergipe e entrou para história do Riachão devido a sua atuação no processo jurídico de doação das terras de seu falecido pai, falamos de Joaquim Martins Fontes.

### *Joaquim Martins Fontes*

A figura de Joaquim Martins Fontes é um dos principais nomes que podemos destacar na doação das terras. Nascera no atual município de Itabaianinha em 27 de julho de 1798. Filho de João Martins Fontes e Ana Francisca da Silveira. Sua trajetória pessoal e política foram analisadas por Arivaldo Silveira Fontes e Armindo Guaraná, sendo posteriormente, homenageado postumamente por Epifânio Dória em texto escrito para a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe sobre seu centenário de falecimento.

Segundo Armindo Guaraná, Martins Fontes durante os primeiros anos da Independência do Brasil “[...] figurou como um dos políticos mais em evidência em Sergipe<sup>20</sup>”. Atuou em inúmeros cargos políticos, sendo Capitão-mor das Ordenanças da vila do Lagarto, comandante superior da comarca da Estância, membro do Conselho do Governo, Presidente da Câmara Municipal e Juiz de Órfãos ainda do Lagarto, deputado provincial em vários biênios e deputado geral na legislatura de 1834-1837, desempenhou o cargo vice-presidente da Província por quatro vezes nos períodos de (23 de julho a 28 de agosto de 1839); (de 08 de agosto a 19 de outubro de 1840); (de 30 de abril a 15 de junho de 1841) e pela quarta e última vez de (1º de julho a 16 de novembro de 1841). Foi condecorado com as insígnias de cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro, com a comenda da ordem de Cristo e com o Oficialato da Rosa<sup>21</sup>.

Arivaldo Silveira Fontes traça a caminhada política de Joaquim Martins Fontes desde os seus primórdios, chegando a afirmar que a nomeação dele para Capitão-mor das Ordenanças do Lagarto deveu-se a sua atuação nas lutas pela independência. É notável no texto de Silveira a sua imparcialidade ao escrever sobre o homem público que Martins Fontes foi, pois ao afirmar que “[...] da sua carreira pública nem tudo merece louvores<sup>22</sup>” o autor abre brechas para reconhecer os erros que Martins Fontes cometeu, entretanto posteriormente reconhece que “[...] dando um balanço nas suas atividades há sempre um saldo positivo [...] 23”.

20 GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Bio-Bibliográfico Segipano*. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1925. p 284.

21 *Ibidem*, p. 284.

22 FONTES, Arivaldo Silveira. *Figuras e Fatos de Sergipe*. Porto Alegre: CFP SENAI de Artes Gráficas Henrique d'Ávila Bertaso, 1992. p.137.

23 FONTES, Arivaldo Silveira. *Figuras e Fatos de Sergipe*. Porto Alegre: CFP SENAI de Artes Gráficas Henrique d'Ávila Bertaso, 1992. p.137.





Por parte do povo, Martins Fontes teve seu trabalho reconhecido como afirma Arivaldo Fontes “repetidas vezes o escolheram para seu representante na Câmara Municipal de Lagarto, nos Conselhos e Assembleias Provinciais e na Assembleia Geral<sup>24</sup>”. Porém no meio político teve desapontamentos. A contrariedade deveu-se em partes a pedidos de reconhecimento de sua atuação nos idos da independência que por vezes lhe foram negados. Após enfrentar estas decepções Martins Fontes retira-se da política indo residir no município de Laranjeiras onde falecera em 20 de agosto de 1860.

Como forma de homenageá-lo Epifânio Dória escreveu em 1960, texto sobre seu centenário de falecimento o destacando como um homem que “[...] logrou desfrutar de grande influência na política de seu tempo [...]”<sup>25</sup>. Dória faz um rápido apanhado sobre a vida pessoal e política de Martins Fontes, entretanto também não apresenta novidades, pois se baseia em estudos feitos por Arivaldo Silveira.

Sobre a vida pessoal, Dória destaca que Martins Fontes “[...] foi muito prolífero deixando crescida descendência legítima e natural<sup>26</sup>”. Quanto ao seu papel na política do Estado, o autor o descreve como tendo sofrido “[...] duras contundências dos que lhe eram adversos, mas isto é uma fatalidade comum a quantos se deixa atrair pelas seduções da política partidária<sup>27</sup>”.

Não se sabe ao certo, entretanto estima-se que a doação das terras do Riachão tenha sido feitas no período em Joaquim Martins Fontes começava a afastar-se da política sergipana, pois apenas sete anos após esta ter ocorrido, ele viera a falecer. Deixando desta forma, as terras que pertenceram ao seu falecido pai elevadas a condição de freguesia, a Freguesia de Nossa Senhora do Amparo do Riachão.

### *Paulo Freire Mesquita*

A figura de Paulo Freire de Mesquita surge nos documentos analisados na elaboração deste trabalho como sendo o testamenteiro de João Martins Fontes. Segundo Arivaldo Silveira, Mesquita “era o proprietário do Engenho ‘Salgado’. Exerceu cargos de governança no Lagarto e no Riachão. Ele faleceu cego, no seu engenho a 09 de dezembro de 1876<sup>28</sup>”. Mesquita era genro de João Martins Fontes, casado com Dona Maria Francisca da Silveira (1815-1892).

24 Ibidem. p.137.

25 DÓRIA, Epifânio. Capitão-mor Joaquim Martins Fontes. In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, vol XIX, n° 24, Edição especial, 1920. p.98.

26 Ibidem, p.100.

27 Ibidem, p.100.

28 FONTES, Arivaldo Silveira. *Figuras e Fatos de Sergipe*. Porto Alegre: CFP SENAI de Artes Gráficas Henrique d’Ávila Bertaso, 1992. p.142.



Paulo Freire de Mesquita aparece novamente em trabalho recente do historiador Ibarê Dantas, *Memórias de Família: o percurso de quatro fazendeiros*. A obra é um resumo biográfico, como o próprio autor define, da vida de quatro membros de sua família que se dedicaram a vida rural, sem contanto deixar de lado as atividades públicas e privadas. A referência a Paulo Freire de Mesquita deve-se ao fato de este ter acolhido em sua fazenda um dos biografados David Martins de Góes Fontes (1820-1904).

Foi justamente neste último ano (1855) que David Fontes deixou Laranjeiras, afetada pela cólera morbus, e foi acolhido no Engenho Riachão por seu proprietário Paulo Freire de Mesquita. Este senhor mais conhecido como Paulo Lebre, era um dos herdeiros de João Martins Fontes e sogro de dois irmãos de David: José Martins de Freitas Góes, que vivia em Riachão, e Salvador Martins Fontes, então fazendeiro do Lagarto<sup>29</sup>. [grifo nosso].



Faz-se necessário abrir um parêntese aqui, para explicar a diferença de nomenclatura dada ao Engenho de propriedade de Paulo Freire de Mesquita. O citamos por duas vezes, a primeira fala em Engenho Salgado e a, segunda em Engenho Riachão. Esclareçamos antes tudo, que se trata de um só engenho que se chamava Riachão até determinado momento da história do lugar e posteriormente, passou-se a chamar Salgado, nomenclatura que prevaleceu. O Engenho veio a pertencer à Mesquita após seu casamento com Maria Francisca da Silveira como forma de herança estipulada por seu sogro. Formulamos aqui a hipótese que a mudança de nomenclatura possa ter acontecido justamente neste momento de troca de proprietário, porém esclarecemos que é somente uma hipótese, baseada nas informações obtidas, mas que não se encontram confirmadas por documentos. Haverá aqueles que levantaram aqui uma afirmação: “A história não se faz de suposições”, porém um grande historiador contrariando todas as máximas escreveu: “[...] Na verdade imaginar uma outra história é o único meio de encontrar as causas da história real<sup>30</sup>”.

Um fato a destacar sobre a doação das terras do Riachão, é que área que foi doada para Nossa Senhora do Amparo fazia parte daquilo que seria a herança de Paulo Freire de Mesquita, desta forma coube a ele a solicitação do inventário de seu falecido sogro. Vejamos a seguir a transcrição do documento de Petição de Inventário:

29 DANTAS, Ibarê. *Memórias de Família: o percurso de quatro fazendeiros*. Aracaju: Criação, 2013, p. 36.

30 PROST, Antonie. *Doze Lições sobre a História*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte, Autentica Editora, 2008. p.158.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Órfãos.

Diz Paulo Freire de Mesquita Junior que sendo falecido seu sogro João Martins Fontes em companhia do supplicante, e achando-se esse em par dos bens que deixou o finado, vem requerer a Vossa Senhoria o procedimento do inventario visto que há no casal herdeiros, órfãos, netos. Requer a Vossa Senhoria marque dia para procedimento de inventário \_\_\_\_\_ todos os herdeiros que são constantes da relação que com este offerece.

Villa do Lagarto  
17 de Fevereiro de 1853  
Paulo Freire de Mesquita Junior. <sup>31</sup>

O documento confirma a afirmação de que a parte doada a Nossa Senhora do Amparo já lhe pertencia por herança e demonstra o empenho de Mesquita na solicitação do inventário de seu sogro. A esta petição segue-se um levantamento de todos os herdeiros do inventariado.

Infelizmente as referências à pessoa de Paulo Freire de Mesquita são poucas, somente nos cabe destacar sua atuação no processo de doação das terras do Riachão na função de testamenteiro de seu sogro.

### *João Dantas Martins dos Reis*

Dentre os quatro personagens da história riachãoense destacados por este trabalho, João Dantas Martins dos Reis (neto e afilhado de João Martins Fontes) foi o que mais deixou fontes de sua existência, devido sua atuação política. Vejamos os primeiros relatos feitos por Arivaldo Fontes sobre o Comendador João Dantas, como ficaria conhecido.

[...] Nasceu em Camuciata, município de Itapicuru, a 18 de maio de 1830. Fez os primeiros estudos em Jeremoabo e na Estância. Em 1851, já casado com D. Mirena Maria da Silveira Carvalho, construiu o engenho 'Fortaleza' (antes sítio 'São João da Fortaleza'). Desde cedo militou na política da Província de Sergipe<sup>32</sup>.

O coronel e posteriormente, Comendador Dantas era filho de João Dantas dos Reis e Mariana Francisca da Silveira. Teve como irmãos Cícero Dantas Martins<sup>33</sup> - que entraria para história com alcunha de

31 Petição de Inventário. Arquivo do Judiciário de Sergipe. Fundo RDA/C. 2º of. Serie cível. Sub-serie inventário. N.º. cx 01. N.º geral 4880.

32 FONTES, Arivaldo Silveira. *Figuras e Fatos de Sergipe*. Porto Alegre: CFP SENAI de Artes Gráficas Henrique d'Ávila Bertaso, 1992, p.141.

33 Cícero Dantas Martins nasceu em 28 de junho de 1938, na fazenda Caritá, na freguesia de São Batista de Jeremoabo de Sertão de cima. Herdeiro de uma longa tradição política e de um grande patrimônio em terras tornou-se um dos maiores latifundiários do Nordeste.

Barão de Jeremoabo, Benício Dantas Martins e Francisca Dantas da Silveira Carvalho.

Foi um vulto ilustre da política sergipana e “[...] o grande batalhador pela autonomia do Riachão<sup>34</sup>”. Atuou em diversas frentes na política da Província, sendo membro ativo do Partido Conservador. Figura muito emblemática para história de Riachão do Dantas, o Comendador Dantas surge como o responsável pela emancipação política da vila, separando-a das terras lagartenses. Desempenhou cargos de representação em Riachão e Lagarto atuando como vereador, presidente da Câmara Municipal, Juiz de Paz, Suplente de Juiz Municipal. Delegado. Sobre um de seus cargos temos documento que comprova a sua nomeação.

O presidente da Provincia nomeia o cidadão João Dantas Martins dos Reis para o cargo de 1º Suplente do Juiz Municipal e de Orfãos do termo do Lagarto, em cujo exercício entrará, quando lhe competir, prestado o juramento do estilo, em virtude do presente que vai competentemente assignão, sellado com o sello das Armas Imperiaes, se registrará nos livros da Secretaria da Presidencia, e onde mais tocar.

Palácio do Governo de Sergipe, 02 de novembro de 1854.  
Ignacio Joaquim Barbosa<sup>35</sup>.

Entretanto, o Comendador não se restringiu a assumir somente cargos de representação, em cargos políticos atuou como deputado provincial, Deputado Geral e ainda Presidente e Vice-presidente da Província. Vejamos:

[...] Foi deputado Provincial nas legislaturas de 1856-57, 1860-61, nas de 1870 a 79 e finalmente de 1882 a 1887. Nas ultimas eleições para Deputado Geral (1889) candidatou-se ao posto, mas sobreveio a proclamação da Republica. Ocupou a Presidência da Assembleia Legislativa por varias vezes. Foi Vice-presidente da Província nomeado a 1º de setembro de 1855. Por duas vezes exerceu a presidência (19 de setembro a 27 de outubro de 1855 e de março de 5 a 19 de março de 1888)<sup>36</sup>.

Anteriormente, já destacamos de que forma se deu a influência do Comendador Dantas no processo de elevação de Riachão a condição de vila. A Freguesia de Nossa Senhora do Amparo do Riachão foi elevada à categoria de vila em 23 de maio de 1864. No entanto, devido a disputas políticas entre o partido Conservador e o Partido Liberal a resolução foi suprimida e a freguesia voltou a pertencer às terras lagartenses (o Partido

34 FONTES, Op. Cit. 141.

35 Transcrição de documento de nomeação de João Dantas Martins dos Reis para o cargo de 1º suplente do Juiz Municipal e de Órfãos de Lagarto. In: Arquivo do IHGSE, Fundo João Dantas Martins dos Reis. Cx. 418 029. (manuscrito).

36 FONTES, Arivaldo Silveira. *Figuras e Fatos de Sergipe*. Porto Alegre: CFP SENAI de Artes Gráficas Henrique d'Ávila Bertaso, 1992.p.141.

Liberal chegou ao poder – como já dissemos o Cel. João Dantas Martins dos Reis fazia parte do Partido Conservador - revogou-se o ato emancipatório e em 15 de maio de 1865, a Freguesia de Nossa Senhora do Amparo do Riachão voltou a pertencer ao município de Lagarto). Mas o Partido Conservador reassume o poder e em 09 de maio de 1870 ocorreu à emancipação política definitiva de Riachão do Dantas.

O complemento “Do Dantas” acrescido ao nome do Riachão teria ocorrido em homenagem ao Comendador Dantas, pois a população do lugar passou a identificar a localidade como o Riachão dos Dantas em homenagem a este homem público que tantos benefícios fez pela comunidade. João de Oliva Alves relata o porquê da escolha de “do Dantas” como complemento:

Na escolha do designativo (do Dantas) introduzido para alterar o topônimo, influiu, ao mesmo tempo, o propósito de homenagear um dos maiores benfeitores da terra [João Dantas Martins dos Reis] e o próprio costume de grande parte da população principalmente da classe do povo, que já vinha chamando o lugar pela forma de “Riachão Dantas”.<sup>37</sup>

Foi somente em 31 de dezembro de 1943 através do Decreto Estadual Nº 377, que se estabeleceu o nome do município como Riachão do Dantas. Alteração foi feita devido a uma lei federal que modificava os nomes dos municípios em que houvesse duplicidade.

João Dantas Martins dos Reis faleceu em 14 de outubro de 1890 em seu engenho Fortaleza, na cidade que o adotara e o colocara junto ao panteão de seus filhos mais ilustres. Segundo o Desembargador João Dantas Martins dos Reis, o falecimento de seu avô rendeu notas nos mais diversos jornais do Estado, a exemplo de *O Republicano*, *Gazeta de Sergipe* e *O Correio de Sergipe*. Vejamos trechos de alguns deles transcritos pelo autor.

O primeiro refere-se a sua atuação em prol de Riachão do Dantas:

A sua localidade prestou benefícios que estavam ao alcance de suas forças, sempre com a melhor bôa vontade, como apregoam vivamente os múltiplos melhoramentos que realizou em prol da igreja matriz do Riachão<sup>38</sup>.

A seguir temos o impacto do falecimento na região onde se tornara tão célebre:

37 Alves, João de Oliva e MENEZES, José Alves de. Riachão do Dantas. In: *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. Vol. XIX. p. 422.

38 *O Republicano*, de Aracaju, de 16 de Outubro de 1890. In: REIS, João Dantas Martins dos. A cidade do Riachão do Dantas, como começou. In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, vol. XX, nº 24, 1960.p. 184.

No sul do Estado o desaparecimento do coronel Dantas torna-se muito sensível, pois era ali que o ilustre morto exercia inteira e incontestável a sua direção política.

Pesames a família<sup>39</sup>.

As notas dos jornais demonstram o forte impacto da morte do Comendador Dantas na sociedade sergipana, especialmente em Riachão, local que escolhera para viver e que o recebeu também no apagar de sua vida. A exaltação de suas qualidades políticas e traços morais são uma constante nas descrições dele feitas.

### Considerações finais

Quatro homens, quatro histórias de vida que atuaram em momentos e de formas diferentes na história do Riachão. Porém, aqui se faz necessário resolver os questionamentos que este trabalho se propôs, são eles: Quem eram estes sujeitos? Quais tramas envolvem os sujeitos fundantes do Riachão? E em que momento da história do município eles se encontram e se afastam?

Propomo-nos a descortinar fatos da vida destes quatro homens que atuaram na história do Riachão e assim o fizemos. Já sabemos que todos eles tinham em comum o sangue político correndo em suas veias, herdado de seus antepassados. Faziam parte de uma mesma família cuja genealogia é complexa, devida a falta de informações sobre alguns de seus parentes.

Vejamos a relação de parentesco entre eles:

<p>João Martins Fontes__ casou-se com ___Ana Francisca Silveira      1º núpcias</p> <p style="text-align: center;"><b>Joaquim Martins Fontes (filho)</b></p> <p style="text-align: center;">Mariana Francisca da Silveira (filha )_____ João Dantas dos Reis(genro)</p> <p style="text-align: center;"><b>João Dantas Martins do Reis (neto).</b></p> <p>João Martins Fontes__ casou-se com___ Maria Francisca da Silveira      2º núpcias</p> <p style="text-align: center;">Maria Francisca da Silveira (filha)_____Paulo Freire de Mesquita (genro).</p>
---

Nota-se a típica família patriarcal do século XIX girando em torno de João Martins Fontes (filho, neto e genro). Conclui-se desta forma, que a fundação, povoação e a instituição da política do lugar estiveram reservadas inicialmente a esta única família. Sobre as tramas que envolvem essa família podemos perceber que os herdeiros agiram em comum acordo para cumprir o último desejo do patriarca de doar suas terras a Nossa Senhora do Amparo. Não há nos documentos analisados nenhuma menção a desavenças familiares referentes à doação.

39 Gazeta de Sergipe, de 16 de outubro de 1890. Idem, p.186.

O encontro destes sujeitos históricos se dar efetivamente em função de estabelecer no Riachão a elevação da capela a condição de matriz e posteriormente, a elevação da povoação a condição de freguesia e vila, respectivamente.

Estes homens, cada um a seu modo e em seu tempo, influenciaram na história de Riachão do Dantas. João Martins Fontes mandando construir a capela e dedicando-a a Nossa Senhora do Amparo, Joaquim Martins Fontes e Paulo Freire de Mesquita, fazendo a doação da capela e das terras a eles pertencentes por direito de herança a santa de devoção de seu pai e sogro, respectivamente. E por fim, João Dantas Martins dos Reis que atuaria na política do Estado em prol de benesses para o município que escolhera para residir.

A análise destes sujeitos históricos optou por não ser biográfica, mas reveladora de fatores que enfoquem a história de Riachão. Como inicialmente definimos, nosso objetivo foi o de buscar as especificidades de cada um destes personagens para compreender desta forma, as tramas fundantes do município. Para tanto foi necessário enveredarmos por suas trajetórias pessoais, já que elas não destoam do propósito do nosso trabalho.

